



# Uma cidade e muitos nomes

As ruas de São Paulo e suas homenagens a constelações, ditadores e canções de Raul Seixas

SÂNDOR VASCONCELOS

“Nesta rua Lopes Chaves/ Envelheço, e envergonhado/ Nem sei quem foi Lopes Chaves”, confessa Mário de Andrade (1893-1945) em um dos poemas do livro *Lira Paulistana*. O desconhecimento do poeta, um dos expoentes do movimento modernista no Brasil e que se inspirava na cidade de São Paulo em seus textos,

provavelmente é similar ao de milhões de paulistanos que não têm ideia do que significa o nome da rua onde vivem.

Criar nomes como o da Rua Lopes Chaves – que homenageia um político do Vale do Paraíba com longa carreira parlamentar – é função que cabe tanto ao Legislativo quanto ao

Cidade tem 50 mil denominações, sendo 2 mil sem explicação

Executivo. Na cidade de São Paulo, a criação ou alteração de nomes de logradouros públicos (ruas, praças, avenidas, becos, vielas, entres outros) é feita pela Prefeitura, por meio de decreto, ou pela Câmara Municipal, por meio de lei.

É uma atribuição que gera críticas: para algumas organizações não governamentais (ONGs) que acompanham o trabalho legislativo, a nomeação de ruas tem pouca influência na vida dos cidadãos e não deveria ser feita por vereadores.

Para o diretor do Instituto Ágora em Defesa do Eleitor, Gilberto de Palma, os vereadores deveriam abrir mão desta “atribuição tola e barata, que é homenagear o político, o pastor, o coronel, simplesmente deixando que aqueles que usam a cidade deem o nome e, se não houver disposição para isso,

que haja uma maneira neutra de se fazer”. Palma afirma que existe um “mercado de nomeações” por parte dos vereadores, que utilizam o recurso como “moeda de troca política” em larga escala.

## **“Baixo impacto”**

O Ágora qualifica a nomeação de logradouros públicos como uma “política de baixo impacto”, ao lado da criação de datas comemorativas, concessão de honrarias (títulos de cidadão paulistano, salva de prata, etc.) e produção de leis para benefício próprio, como aumento de salário. “Nomear uma rua tem um impacto relativo para as pessoas que moram ali, mas diante de uma cidade tão grande quanto São Paulo não tem um grande impacto”, observa.

## **Os mais comuns**

O nome mais comum para denominação de ruas no Brasil é, na verdade, um número. “Dois” é usado para designar 1.534 ruas no País. Isso ocorre, principalmente, por conta de novos loteamentos cujas ruas ainda não foram nomeadas de forma definitiva.

O levantamento, realizado pela empresa de análise de crédito ProScore, aponta que a segunda posição pertence ao nome Rua Três (1.513 registros)

e a terceira à Rua Um (1.444).

O nome com maior número de ocorrências que não seja referente a número ou letra é Principal, que é o sexto nome mais comum. Já o santo mais recorrente nos nomes é São José (19º no ranking), seguido de São Paulo (22ª posição). Só na capital paulista, existem 15 logradouros públicos denominados São Paulo. A primeira rua a ser nomeada dessa forma fica no Bairro da Liberdade.

## Musicais

Ruas com nomes de canções

### Obras de Raul Seixas, Roupas de Nova e Caetano Veloso espalham-se pelo Bairro Itaquera

Arreio de Prata  
Arte do Sol  
Beleza Pura  
Canção Agalopada  
Coração Noturno  
Chão de Giz  
Chuva e Sol  
Gita  
Luz e Sombra  
Novo Aeon  
Rock Estrela  
Sonho Gaúcho  
Superbacana  
Tributo ao Sorriso

Por esta classificação, segundo a ONG, dois terços da produção legislativa da Câmara seriam de baixo impacto. No ano passado, dos 773 projetos apresentados na Câmara Municipal de São Paulo, 11% referiam-se a denominação de logradouros públicos. Destes, 42 foram promulgados.

“Nós reconhecemos a importância de nomear ruas para que cheguem os serviços para os moradores”, aponta Palma, “mas fica de lado uma série de coisas a serem feitas, pois é uma atitude administrativa que poderia perfeitamente ser da

alçada de uma regional, com a participação daqueles que vão utilizar os logradouros, quando houver necessidade”.

Na opinião do vereador Ítalo Cardoso (PT), primeiro-secretário da Mesa Diretora, classificar projetos de denominação de logradouros públicos como ações de baixo impacto é, em parte, correto. “Percebe-se uma incidência muito forte de projetos nesse sentido, às vezes até como tarefa principal de vereadores”, avalia. “Porém, muitas vezes os mandatos são caixas de ressonância da sociedade”, adverte Cardoso.

O vereador conta que há pouco tempo chegou a ele um abaixo-assinado de 90% dos moradores de uma rua, na qual há uma praça, solicitando que ele pusesse o nome de Praça Mi-

Palma,  
do Ágora:  
“Política de  
baixo impacto”



CC1.3/CMS/P

nha Mãe. “Eu jamais colocaria esse nome numa praça em que moro, mas, como são moradores que fizeram um debate e entenderam que aquela praça deveria ter esse nome, não posso desrespeitar”, explica. Segundo Cardoso, esse é um pecado que as ONGs cometem. “Às vezes, eles estão acima do senso comum, do morador simples lá da rua que quer ter a praça chamada Minha Mãe”, critica.

Em contrapartida, o vereador diz que é necessário ficar alerta para mandatos que sobrevivem somente de apresentar nomes de logradouros. “O cidadão quer mais do que isso quando vota”, aponta. “Se votar numa pessoa que só faz isso, daqui a quatro anos vou repensar, pois votei



**Aves**  
Nas asas de Moema

**Alamedas, ruas e avenidas do bairro que fazem alusão aos animais**

Bem-te-vi  
Canário  
Cotovia  
Gaivota  
Inhambu  
Macuco  
Jacutinga  
Juriti  
Pavão  
Pintassilgo  
Rouxinol  
Sabiá

num fabricante de calendário e não num parlamentar que acompanha a minha cidade”, opina.

## Morar na Rua C

A geógrafa e professora Debora Cavalcante de Moraes Xavier é um bom exemplo de como a ausência de um nome para a rua pode causar muitos transtornos. Há cinco anos ela convive com as dificuldades de morar na Rua C do Jardim Santa Cruz, no Bairro Sacomã. “Nem o GPS localiza a minha residência, e eu preciso ficar explicando para as visitas como chegar”, conta.

Um complicador são as dezenas de ruas “C” existentes em São Paulo. Para se ter uma ideia, este nome é o oitavo mais comum para ruas no Brasil (veja

**Debora mora na Rua C: “Nem GPS localiza”**



Mozart Gomes/CMSP

**Rua no  
Jabaquara  
homenageia  
composição  
de Henrique  
Morozowicz**

outros nomes comuns no box da pág. 13). Para piorar a situação, Debora explica que a Rua C, antigamente, era uma extensão da Avenida Prof. Sylla Mattos. Segundo a professora, quando o nome foi alterado, a numeração da Rua C acabou repetindo, em alguns casos, a da avenida. Assim, não raramente algumas correspondências ou entregas acabam na casa do vizinho. “Conto com a boa vontade dele para explicar onde moro, mas quando não está em casa, a encomenda não é entregue”, lamenta Debora. Para evitar tais situações, a geógrafa conta que às vezes prefere pedir para entregar na casa de amigos.

Nem sempre as ruas foram batizadas com nomes de pessoas, como a Lopes Chaves de Mário de Andrade. Conforme aponta a pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, no ca-

pítulo *A toponímia paulistana: formação e desenvolvimento dos nomes da cidade de São Paulo*, publicado no livro *História da cidade de São Paulo*, os primeiros nomes de localidades paulistanas são indígenas e se referem, principalmente, a acidentes geográficos. A maioria era tupi e alguns permanecem até hoje, como Tietê (*ty-ete* – água ou rio verdadeiro) e Ibirapuera (*ypi-ra-ouêra* – pau podre ou árvore apodrecida).

Os caminhos existentes na antiga vila também originaram, por exemplo, algumas ruas atuais, como o Caminho Direto, que hoje é a Rua Direita. A colonização portuguesa e a forte influência católica originaram denominações como Rua São Bento e o Bairro Santa Cecília. Outros nomes existentes até hoje são os derivados de propriedades antigas, como as chácaras Bom Retiro, a de dona Angélica de Barros, a de Martinho Prado e a do Bexiga. Alguns nomes antigos foram trocados por datas importantes, como o Largo dos Curros, que virou Largo 7 de Abril (abdicação de Pedro I) e hoje é a Praça da República.

Ao estudar as nomenclaturas das ruas do Brás, Bexiga (atual Bela Vista) e Barra Funda para sua tese de mestrado, apresentada em 2010 no curso de Letras da Universidade de São Paulo, a pesquisadora Alessandra Cirrincione apontou que os antigos termos em tupi usados nas denominações dos três bairros acabaram trocados por palavras comemorativas a Portugal (Rua Coimbra, Rua Luís de Camões). Houve, também, in-

# Novo modelo de placas de identificação de logradouros, utilizado pela Prefeitura de São Paulo

(Conforme as placas necessitarem de troca, as substitutas seguirão o modelo abaixo)



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

fluência italiana, como na troca do nome do Bairro Bexiga, que hoje denomina apenas uma parte da Bela Vista.

## Nomes de gente

Os nomes de pessoas começaram a ganhar força no final do século 18, num processo que Alessandra chama de “antroponimização”. Na conclusão de seu trabalho, a pesquisadora critica os vereadores da Primeira República, afirmando que, no intuito de homenagear pessoas de relevo, esqueceram-se de prestar honras aos próprios fundadores dos bairros alvos da pesquisa:

Mariano Vieira, José Leite Braga, Fernando de Albuquerque e Eugênia Pereira. Para ela, as alterações resultaram em perda de parte do patrimônio cultural paulistano. Alessandra acredita que, ao trocar os nomes das ruas, perde-se a memória da cidade.

O primeiro documento em que consta referência ao nome de uma rua na capital paulistana é uma ata de reunião dos vereadores ocorrida em 6 de fevereiro de 1638, quando a maior cidade do Brasil ainda era uma vila. Um trecho do documento, citado por Luís Soares de Camargo no site *Dicionário de Ruas*, afirma, na grafia original, que os vere-



## A história imortalizada nas ruas

**Nomes do bairro são homenagem à luta por moradia**

Uma das histórias de luta por moradia em São Paulo começou em 1981. Um grupo de moradores iniciou um movimento para desapropriar um terreno particular na região do Capão Redondo, para que pudessem construir suas casas. Sete anos depois, o resultado da batalha foi a construção das moradias e batismo das ruas com palavras alusivas à vitória.

Paulo Roberto Vitorino foi um dos líderes do grupo e hoje vive na Travessa Setembro de 1981, data de início do movimento. “Nossa luta culminou com a desapropriação do terreno pela Cohab e construção em regime de autoconstrução, mutirão e casa pronta, com material e acompanhamento técnico fornecidos pela Cohab e participação dos próprios moradores, que levaram dois anos para terminar as casas”, relata Paulo.

Quando o conjunto estava finalizado, os moradores decidiram homenagear a própria luta denominando as ruas e tra-

vessas com datas, personagens, fatos e outras palavras relativas à história. Assim, existem no local, por exemplo, as Travessas Junho de 1982, Julho de 1982, Maio de 1985 e Junho de 1985. “Essas datas são relativas às assembleias, manifestações, assinaturas de contratos”, explica Paulo. “Há, também, homenagens a pessoas, como Salvador Alves Ferreira, integrante já falecido”, conta.

Outros logradouros do conjunto são a Rua 7 Anos, tempo de duração da luta, Rua da Participação, para lembrar de todos que fizeram parte do movimento, e Praça Axé, que lembra a luta contra o racismo, questão de grande importância dentro do movimento. Para conseguir as denominações temáticas, Paulo conta que o pedido e os documentos foram enviados à Cohab, que encaminhou para a Câmara Municipal, culminando com as nomeações que farão a luta de quase uma década ser lembrada por muito tempo.

adores “(...) mandassem desaterar hu aterado que estava na rua que vai para santo antonio por que era prejuiso dos moradores que andão por esta vila (...)”.

A prática de nomear ruas de forma oficial, contudo, começou apenas em 1809. A função era privativa da Câmara Municipal, que exercia os Poderes Legislativo e Executivo. Em 9 de setembro daquele ano, os vereadores receberam ofício de Miguel Antonio de Azevedo Veiga, ouvidor da Comarca, que solicitava que fosse escrito o nome de cada rua em seu início, na esquina ou canto de casa. O documento também pedia que nenhuma rua ou beco da cidade ficasse sem denominação e as casas tivessem a numeração no alto da porta.

A intenção era tornar mais fácil a localização dos cidadãos, a fim de permitir a cobrança de impostos e ter maior controle sobre a população. O pedido coincide com o período da chegada de d. João VI e da Corte portuguesa ao Brasil. Uma das determinações do rei era que a lei de cobranças de impostos sobre propriedades urbanas fosse cumprida.

Após a proclamação da República, em 1889, criou-se no poder municipal o cargo de intendente. Três anos depois, quatro intendenções foram oficializadas: Justiça e Polícia, Higiene e Saúde Pública, Finanças e Obras Municipais. Esta última era responsável pela oficialização das denominações nos logradouros públicos, juntamente com a Câmara Municipal. Em 24 de outubro de 1892,

## Independência

O bairro do Grito

**Nomes relativos à Independência estão registrados no Ipiranga**

D. Pedro I  
Fico  
Grito  
Juntas Provisórias  
Manifesto  
Mil Oitocentos e Vinte e Dois  
Patriotas

sancionou-se a primeira resolução sobre o assunto, que mudava o nome da Rua da Academia para Christovam Colombo.

Com o crescimento de São Paulo, muitas ruas foram criadas. Em 1914, pela primeira vez foram reconhecidos como oficiais pelo prefeito Washington Luís Pereira de Souza, pelo Ato 671, todos os logradouros apontados em uma planta da cidade levantada por engenheiros. Em 1929, o prefeito José Pires do Rio promulgou o Código de Obras Arthur Saboya, o primeiro a estabelecer regras para a escolha dos nomes de ruas.

## A origem dos nomes

Provavelmente pelo desconhecimento a respeito do nome da rua onde morava, Mário de Andrade, em 1935, quando era chefe do Departamento de Cultura e Recreação da cida-



**Avenida 9  
de Julho foi  
aberta em  
1935**

de de São Paulo, teve a ideia de criar um setor que buscasse explicação para os nomes das ruas, hoje chamado Seção de Denominação de Logradouros Públicos, ligado ao Arquivo Histórico de São Paulo.

Conforme explica o historiador Maurílio José Ribeiro, chefe da Seção, uma das funções desta é reunir informações referentes aos logradouros e próprios municipais oficializados. Esses dados eram armazenados em fichários e, hoje, parte deles está também disponível digitalmente, no [www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br](http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br).

Outra competência da Seção é de caráter consultivo. “Com o passar do tempo, criou-se uma rotina de a Secretaria de Governo vir nos consultar se está tudo bem quanto à oficiali-

zação de determinado nome, então nós passamos a emitir pareceres técnicos”, explica Ribeiro. “Mas quem dá a última palavra, como somos do Executivo, é o prefeito”, ressalta.

Quando a proposta de denominação é de autoria do Legislativo, encaminha-se um ofício ao Executivo para que a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) dê um parecer técnico sobre a localização da rua e para que o Arquivo Histórico opine sobre o nome escolhido. A intermediação, nesse tipo de trâmite, é realizada pela Secretaria de Governo, ligada ao Poder Executivo.

A consulta é importante porque, como a Seção é ligada ao Patrimônio Histórico, sempre é dada total importância ao valor histórico dos nomes. “Nós

somos uma espécie de guardiões da memória”, destaca Ribeiro. Segundo o historiador, já houve casos de vereadores que propuseram alterar nomes consagrados, como a Praça da República. “Não convém ficar mudando o nome o tempo todo”, opina Ribeiro. “Isso não faz bem para a cidade, pois as pessoas querem ter nomes de referência.”

A equipe chefiada por Maurílio Ribeiro é composta por mais três funcionários. Uma das grandes dificuldades do trabalho é justamente reunir as informações, pois muitos dos projetos de denominação de logradouros não possuem a justificativa completa. Devido ao escasso recurso de pessoal, não é possível sair a campo buscando os dados, então estes ficam limitados apenas aos documentos oficiais.

Segundo Ribeiro, no banco de dados com cerca de 50 mil denominações oficiais, ainda existem, aproximadamente, 2 mil sem explicação. Já houve um trabalho de pesquisa no Arquivo Central e outros órgãos, mas ainda resta esse montante. Os cidadãos podem colaborar enviando informações por meio do site *Dicionário de Ruas*.

## Tributo ao Sorriso

Na década de 70, com o crescimento do Município de São Paulo, o prefeito Olavo Egídio Setúbal solicitou um estudo técnico a fim de oficializar o maior número de ruas possível, pois a periferia sofria

9 de Julho  
Que data é essa?

### Saiba a origem dos nomes que homenageiam datas importantes

**9 de Julho** – início da Revolução Constitucionalista, em 1932, que tinha como objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e promulgar uma nova Constituição para o Brasil.

**23 de Maio** – antiga Avenida Itororó, foi rebatizada com a data das mortes dos manifestantes paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC), ocorridas em 1932, pelas tropas federais. A tragédia originou a Revolução Constitucionalista.

**25 de Março** – antigo Beco das Sete Voltas e ex-Rua de Baixo, foi rebatizada em 1865 com esse nome, uma homenagem à primeira Constituição do Brasil, outorgada por d. Pedro I em 1824.

**7 de Abril** – a antiga Rua da Palha refere-se à abdicação de d. Pedro I ao trono brasileiro, em 1831, na época, considerada a segunda independência do Brasil.

**24 de Maio** – relembra a data da Batalha do Tuiuti, ocorrida na Guerra do Paraguai (1864-1870). O episódio de 1866 é considerado o mais sangrento da guerra entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai.

FONTE: [www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br](http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br)

## Mundo O planeta em SP

### No Jardim Paulista, os nomes são de localidades ao redor do globo

Chile  
Suíça  
Áustria  
Turquia  
Itália  
Dinamarca  
Alemanha  
Suécia  
Alasca  
Europa  
Brasil  
Colômbia

### No Itaim Bibi, o tema são os Estados Unidos

Nebraska  
Nova Orleans  
Nova York  
Hollywood  
Indiana  
Kansas  
Geórgia

com falta de endereços, com ruas denominadas apenas com letras ou números.

O pedido criou a necessidade de se elaborar um cadastro de nomes, para serem usados nas denominações. Assim, foi criada uma comissão de especialistas que levantou nomes derivados de várias áreas do conhecimento, extraídos, principalmente, de enciclopé-

dias. A equipe fez as escolhas a partir de temas como artes, astronomia, biografias, botânica, folclore, geografia, história, literatura, ciências, zoologia, etc.

O Banco de Nomes foi finalizado em 1977 e era composto por cerca de 25 mil nomes. Os dados são utilizados desde então pelo Departamento de Cadastro Setorial (Case), ligado à Sehab. Os nomes deram origem a algumas das denominações mais curiosas de São Paulo, como as Ruas Borboletas Psicodélicas, no Jabaquara, e Tributo ao Sorriso, em Itaquera.

## Normas para denominação

As regras municipais para denominação e alteração da denominação de vias, logradouros e próprios estão na Lei 14.454/2007, regulamentada pelo Decreto 49.346/2008. A palavra “logradouro” designa, entre outros, rua, avenida, travessa ou passagem, via de pedestre, viela, viela sanitária, balão de retorno, passarela, praça, parque, alameda, largo, beco, ladeira, viaduto, ponte, túnel, complexo viário, rodovia, estrada ou caminho público.

Algumas das definições presentes na lei são bastante utilizadas no dia a dia, mas nem todos sabem, por exemplo, a diferença entre avenida e rua. A primeira tem largura igual ou superior a 20 metros entre os alinhamentos. Já a segunda possui largura de 7,20 a 19,99

metros. O espaço com menos de 7,20 metros de largura chama-se travessa ou passagem.

Outra diferenciação ocorre entre ponte e viaduto. Ambos destinam-se à circulação de veículos e pedestres, mas o viaduto sobrepõe-se a via pública ou linha férrea, enquanto ponte é erigida sobre curso d'água.

Em relação, especificamente, ao nome escolhido para denominação, caso seja uma homenagem a uma pessoa, esta deve ser, comprovadamente, falecida e ter prestado serviços relevantes em algum campo de atividade ou do conhecimento humano. Nomes repetidos são proibidos, mesmo que para logradouros distintos, como rua e avenida.

Um caso que foge a essa regra envolve a Rua e a Avenida Santo Amaro. Essa exceção ocorre porque a avenida fica onde, antigamente, era o município de mesmo nome, enquanto a rua localiza-se em São Paulo. Quando houve a incorporação de Santo Amaro por São Paulo, alguns nomes do atual bairro mantiveram-se duplicados em relação aos da capital.

Um ponto importante da Lei 14.454 versa sobre alteração de nomes. Essa possibilidade existe apenas quando as denominações forem homônimas, apresentarem similaridade ortográfica, fonética ou fator de outra natureza que gere ambiguidade de identificação ou quando se tratar de



#### **Agrupamentos de estrelas estão nas placas de ruas do Grajaú**

Constelação do Caranguejo  
Constelação do Escorpião  
Constelação do Escudo  
Constelação do Grou  
Constelação do Oitante  
Constelação da Virgem

#### **O mesmo bairro tem uma parte dedicada aos artistas plásticos**

Almeida Júnior  
Anita Malfati  
Emiliano Di Cavalcanti  
Iberê  
Ismael Nery  
Lasar Segall  
Tarsila do Amaral

nome que exponha ao ridículo moradores ou domiciliados nas proximidades.

As propostas de denominação e de alteração, muitas vezes, suscitam polêmica por envolver sentimento, memória e até bem-estar de moradores ou familiares de homenageados, por exemplo.

Quando a ex-prefeita Marta Suplicy deu o nome do médico Daher Elias Cutait ao túnel conhecido como 9 de Julho, veteranos da Revolução Constitucionalista de 32 realizaram um ato contra o decreto. A justificativa de Marta era que

# Memórias da ditadura

A permanência dos nomes de marechais, coronéis, torturadores e outros personagens ligados à ditadura militar de 1964-1985 nas placas das ruas paulistanas é uma questão que gera controvérsias. O vereador Eliseu Gabriel (PSB) é autor de uma proposição (PL 315/2011) que mudaria o nome do Elevado Presidente Arthur da Costa e Silva, mais conhecido como Minhocão, para Elevado Presidente Néstor Carlos Kirchner. Segundo Gabriel, o marechal Costa e Silva era um ditador, responsável por crimes contra a nação, enquanto o ex-presidente argentino representaria a luta pela democracia, por ter iniciado a punição aos militares torturadores da ditadura argentina. “Ditador, torturador, não merece ter nome em nenhum lugar”, opina.

Na mesma linha, o vereador Ítalo Cardoso (PT) propôs o projeto de lei 536/09, que veda a denominação de qualquer logradouro público na cidade de São Paulo com homenagem a “indivíduos que tenham cometido crime de lesa humanidade ou graves violações de direitos humanos”.

Cardoso, que participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as ossadas do cemitério clandestino de Perus entre os anos de 1990 e 1991, afirma que essa é uma discussão cara a muitos moradores de São Paulo, “gente que teve parente desaparecido, que foi preso, torturado”.



Já o vereador Agnaldo Timóteo (PR) define os projetos que alteram nomes ligados à ditadura como “barbaridade”. Para Timóteo, é necessário lembrar as “coisas boas” do regime militar, como o fortalecimento da Petrobras e a construção de estradas, e seria injusto proibir o uso de nomes de militares baseando-se apenas nos “poucos que cometeram violência”. “A anistia foi ampla, geral e irrestrita para os dois lados”, lembra o parlamentar. “Isso (os projetos) é uma sacanagem, um revanchismo filho da p..., que não pode prosperar”, dispara, apontando que os militares também foram alvo de brutalidade.

O historiador Maurílio Ribeiro crê que a maior dificuldade de um projeto como o do vereador Cardoso é julgar quem são as pessoas que cometeram abusos. Ribeiro lembra que em São Paulo algumas ruas levam nomes de bandeirantes, que também cometeram violência contra os índios, por exemplo. “Se for fazer uma caça às bruxas, teria de existir um estudo de currículo.”

**Ribeiro, da  
Seção de  
Logradouros  
Públicos:  
“Estudo de  
currículo”**



o logradouro não possuía nome oficial, e este não poderia repetir a denominação dada à avenida em que a passagem se localiza. Hoje, o túnel leva o nome do médico, mas a maioria se refere a ele apenas como 9 de Julho.

Baseado nesse dispositivo, o vereador Eliseu Gabriel (PSB) elaborou, em 2007, um projeto para que a Rua Cornucópia, localizada no Jardim Cidade Pirituba, mudasse de designação.

A proposta contou com o apoio de mais de dois terços

dos residentes, número exigido pela legislação, e em 2009 a Lei 14.997 estabeleceu que a Rua Cornucópia passasse a se chamar Rua Mathilde Carlos Montesanti, em homenagem a uma moradora do bairro. Cornucópia é um vaso com flores e frutos, um símbolo da abundância. Mas, na justificativa, o vereador aponta que o pedido devia-se “à zombaria que o nome provoca”, provavelmente pela proximidade sonora com a palavra “corno”. ■

**Túnel 9 de  
Julho: revolta  
dos veteranos  
de 32**

## SAIBA MAIS

### Livros

História da cidade de São Paulo. Paula Porta (org.). Paz e Terra, 2004.

### Site

[www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br](http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br)